

“Autoritarismo e Democracia: duas formas de superação do atraso – Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate”.

Resultado de Investigação Finalizada

Grupo de Trabalho 13: Reforma do estado, governabilidade e democracia.

Juliane Rocha Lara (Doutoranda em Ciências Sociais / PPGCSO – UFJF)

Resumo:

O presente artigo é fruto da dissertação de mestrado da autora, e a proposta é apresentar duas formas de governo distintas em um dado período histórico brasileiro, o autoritarismo (principalmente de 1937-1945) e a democracia (1946-1964), que objetivavam algo em comum, a superação do atraso. Tal superação contempla o fenômeno da modernização, vinculado à industrialização, na tentativa de suplantar a economia baseada na exportação de produtos primários. Em meio a esse contexto, teóricos como, Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, procuravam interpretar e analisar a situação brasileira interna e externamente. Dessa forma, pretende-se, por fim, propor uma associação dessas duas interpretações político-sociológicas, que atentavam para as particularidades da Nação.

Palavras-chave: Estado; Modernização; Pensamento Social Brasileiro.

Introdução

O Brasil de ontem e hoje, um tema quase que inesgotável, na medida em que ainda se carrega as consequências positivas e negativas de um passado denso e complexo no que tange os aspectos históricos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Sempre há a necessidade de se resgatar na História as causas das consequências problemáticas do País. Passado que se afirma frequentemente no presente e futuro que não se pretende inovador.

Em um dado período histórico brasileiro, que se inicia na década de 1930 até os anos que seguem o governo iniciado em 1946, dois “surto” modernizantes tomaram conta das políticas nacionais, ora sob a roupagem autoritária, ora sob a roupagem democrática, mas, em alguma medida, com o mesmo propósito idealizado, superar o atraso que o país carregava como herança de um passado de influências do colonialismo que tornou o Brasil figura secundária na dinâmica mundial, que tornou suas estruturas políticas arraigadas e com forte compromisso com o passado.

Duas formas de governo distintas que objetivavam o mesmo fim: a superação da “marginalização” política e econômica. O autoritarismo da década de 30 compunha uma noção de organização da sociedade (que havia vivido na década passada uma série de revoltas) dotando ao Estado um poder Executivo que se sobrepusesse ao demais da nação e também ao Legislativo e ao Judiciário. Tal autoritarismo se opunha fortemente aos elementos liberais que tentavam ser implantados desde a época da Independência em 1822 e reforçados pela constituição de 1891. E ainda, sob a forma de autoritarismo, aparecia a necessidade de unificar o poder no Executivo com fins voltados aos interesses da nação. Por outro lado, a democratização iniciada em 1946, sob a mesma égide do

autoritarismo em alguma medida, colocou em pauta o nacionalismo, porém, agora firmado em preceitos democráticos de organização do Estado.

Pretende-se aqui, portanto, apresentar essas duas formas de governo distintas que tinham como objetivo a mesma finalidade, a superação do atraso brasileiro, além de discutir a modernização conservadora no Brasil visando apresentar a formação econômica do país, muito enraizada no período colonial, e que deixou marcas na sociedade brasileira e discorrer acerca do período da dita modernização durante os anos de governo de Getúlio Vargas, principalmente durante os anos de seu governo autoritário de fato, o Estado Novo de 1937 a 1945. E, por fim, entrelaçar esses dois aspectos, a modernização com base no autoritarismo. É proposta também discutir a Democratização e Nacionalismo inserindo o tema do nacionalismo neste contexto de modernização, apesar de ter sido incorporado ao governo autoritário, ganhou forte espaço de fato durante os anos de democratização política brasileira. Para tal proposta é necessária breve revisão teórica acerca do nacionalismo, esse conceito de uma forma mais ampla, sua aplicação do contexto brasileiro, inclusive durante os anos de governo estado novista, sua incorporação no Estado democratizante pós 1945, e ainda sua ligação com uma certa esquerda brasileira. A democracia também foi forma de superação do atraso e neste capítulo se propõe também uma argumentação desses dois elementos unidos.

Por fim, pretende-se inserir Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no Debate, a fim de discutir o desenvolvimentismo no Brasil, a esquerda brasileira, influências do PCB e do ISEB nas análises desses autores e por fim, os aspectos convergentes entre os autores a respeito da modernização e superação do atraso.

Formação econômica e modernização

Com relação aos tempos coloniais é possível afirmar que a formação econômica do Brasil, que se deu de forma dependente e frágil, fazendo com que os séculos seguintes herdassem problemas econômicos estruturais. Um sistema econômico baseado na monocultura é oposto ao processo de industrialização, dessa forma, a indústria brasileira, que foi tardia, não garantiu a inserção imediata no mercado mundial e ainda traz os solavancos desse atraso, “Com efeito, o Brasil, mais que qualquer outro país da América Ibérica, esta vasta região do continente americano que chega à modernização em compromisso com o seu passado...” (WERNECK VIANNA, 2004, p. 43).

Não são as estruturas econômicas herdadas da Colônia que impõem a forma do Estado, e sim o oposto: é o Estado que, ao restaurá-las, inicia sua história com a única alternativa econômica compatível com a vocação de sua estratégia territorialista. O período da Regência vai deixar claro que o impulso americano em favor da livre iniciativa, do mercado e da descentralização política, se podia trazer a afirmação da liberdade, certamente implicava a perda da unidade territorial. E esse compromisso do Estado de forma liberal com meios pré-capitalistas de extração do excedente econômico vai caracterizar, na ampla galeria de casos nacionais de revolução passiva, a solução brasileira como talvez a sua modalidade mais recessiva, e não apenas por sua precocidade, mas sobretudo pelo sistema de orientação pré-moderno de suas elites políticas, cujo liberalismo é prisioneiro do iberismo territorialista. (WERNECK VIANNA, 2004, p. 45)

No Brasil, frente ao contexto de sua formação, a modernização se deu pelo alto. Nesse sentido é interessante ressaltar que se encontra aproximação entre os conceitos “revolução passiva”, “via prussiana” e “modernização conservadora”, desenvolvidos por Gramsci, Lênin e Barrington Moore, respectivamente. Tais conceitos que, em alguma medida, foram utilizados por intelectuais brasileiros para explicar o processo de modernização ocorrido no país, referiam-se aos processos vivenciados na Alemanha, Itália e Japão. Em todos eles, de forma simplificada, pode-se afirmar que os processos são conduzidos pela elite, de forma que as estruturas são mantidas, ou seja, mudanças de caráter conservador foram realizadas.

Autoritarismo como forma de superação do atraso

No Brasil, o movimento que culminou na posse de Getúlio Vargas em 1930 iniciou uma política diferenciada, investindo em outros setores produtivos, e não somente no setor agroexportador, uma vez que era necessário conduzir o capitalismo em solo brasileiro de forma a preservá-lo. Aos poucos o liberalismo foi sendo trocado por um governo baseado no *autoritarismo*, e isso principalmente para se conquistar a almejada superação do atraso e o fim da desordem, para isso, era necessário um governo forte, que fosse superior, de fato, às instâncias locais.

A partir de 1930 aumentou-se autonomia do poder central, o foco das relações políticas estaria começando a se deslocar dos coronéis para a burocracia estatal na qual se apoiava o executivo.

A revolução de 1930 não ultrapassa o significado liberal das quarteladas de 1922 e 1924. É o último elo da revolução da classe média que se iniciara mais ou menos por volta de 1910, com a Campanha Civilista de Rui Barbosa. Seu objetivo é eminentemente liberal e se diferencia das tentativas subversivas que a antecederam por ter obtido êxito. A revolução de 1930 encerrou um ciclo da nossa evolução política e abriu outro, isto é, encerrou o ciclo da constitucionalização efetiva do Estado e abriu o ciclo das lutas políticas pela estruturação ideológica dos interesses das classes sociais no Brasil (RAMOS, 1961, p. 28)

Quanto ao autoritarismo no Brasil, é importante fazer algumas ressalvas, tanto com relação à atuação autoritária de um determinado governo, quanto à compreensão ideológica de autores considerados da linha do pensamento autoritário brasileiro.

Para autores como Santos (1978), Paim (1987) e Moraes (1986), a ideologia autoritária brasileira, à moda de Oliveira Vianna, deve ser caracterizada como um autoritarismo instrumental. Ou seja, um pensamento político em que “o autoritarismo é um instrumento transitório a que cumpre recorrer a fim de instituir no país uma sociedade diferenciada, capaz de dar suporte a instituições liberais autênticas” (Paim, 1987, p 176). Assim, “o exercício autoritário do poder é a maneira mais rápida de se edificar uma sociedade liberal, após o que o caráter autoritário do Estado pode ser questionado e abolido. A percepção do autoritarismo, como um formato político transitório, estabelece a linha divisória entre o autoritarismo instrumental e as outras propostas políticas não

democráticas” (Santos, 1978, p.103). Esta interpretação é radicalizada, quando se afirma a existência de uma espécie de teleologia democrática no horizonte do autoritarismo instrumental. Conforme, por exemplo, Quartim de Moraes, “o autoritarismo de Oliveira Vianna é concebido filosoficamente como um *pis-aller*: não representa um valor absoluto (...), mas um meio político para uma terapêutica social. O horizonte ideológico para o qual aponta esta terapêutica é democrático”(1986, p. 215). (SILVA, 2001, p. 10)

Tal compreensão do autoritarismo, talvez não seja a mais propícia para se descrever o período do governo Vargas, mas o autor do artigo *Ideologia de Estado e Autoritarismo no Brasil*, Ricardo Silva, assinala que há outro tipo de autoritarismo, além de ser importante destacar que a oposição do autoritarismo é a democracia e não o mercado, o princípio do liberalismo econômico:

O segundo modelo de interpretação da ideologia do Estado autoritário a ser destacado é bem mais próximo de nossa própria perspectiva. Trata-se do modelo que caracteriza como uma ideologia de Estado o núcleo das idéias políticas dos pensadores autoritários. A principal contribuição deste modelo, desenvolvido principalmente por Lamounier (1985 e 1974), consiste em identificar o pensamento autoritário brasileiro dos anos 30 como “um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (1985, p. 356). Entretanto, há um sério limite heurístico na definição desse modelo; um limite derivado de uma impropriedade na caracterização da especificidade da ideologia de Estado. O autor afirma que “o fulcro da ideologia de Estado é o intento de domesticar o Mercado, e particularmente o princípio de mercado atuante nas relações políticas” (idem, p. 358) e que o predomínio do princípio estatal definir-se-ia por uma “fundamental hostilidade ao princípio de mercado” (idem, p. 359). (SILVA, 2001, p. 11)

Superar o atraso era o que se pretendia, principalmente após Getúlio Vargas assumir o poder, o rumo que se propunha seguir era o das já consolidadas “civilizações” europeias e da América do Norte, para isso era necessária a centralização do poder, com foco na modernização do poder público.

Em primeiro lugar, havia uma dimensão organizacional, materializada na necessidade de construção de uma nova arquitetura institucional para o Estado republicano. Esse novo e moderno Estado precisava abandonar o *velho princípio de separação de poderes*, que vinha sendo criticado e transformado pelo conceito germânico de *harmonia dos poderes*. (GOMES, 2005, p. 112)

Nesse sentido, o que ocorreu no governo autoritário, segundo Ângela de Castro Gomes, foi “um Executivo forte e personalizado era o instrumento estratégico para se produzir o encontro da lei com a justiça; o estabelecimento de uma nova democracia, não mais definida como política, mas sim como social e nacional” (GOMES, 2005, p.112), e tudo isso centrado na figura do presidente.

Para Guerreiro Ramos 1930 e os anos que seguiram tiveram um significado:

O Brasil mudara. Na década de 1930 os antigos círculos dominantes não mais podiam exercer o poder nos moldes exclusivistas a que estavam habituados. Tem assim de aceitar um compromisso com os industriais, que adquirem agora considerável peso específico, no mundo dos negócios, e com o estrato mais qualificado da classe média. A partir daquela data, muda a composição da minoria dirigente, de modo a que se façam sentir cada vez mais, naquela instância, com o correr do tempo, os reclamos do novo empresariado que a industrialização criou e do crescente assalariado de “colarinho e gravata”. A classe operária, embora em ascensão política, é contida na periferia de poder. (RAMOS, 1961, p. 30)

Nacionalismo

No Brasil não é possível verificar ao longo de sua historia, mais propriamente após sua independência, um nacionalismo marcante e extremo como nos países onde surgiu tal compreensão de sentimento nacionalista. As raízes históricas do nacionalismo encontradas no Brasil são muito diversas da França, na Revolução Francesa, por exemplo, onde tal corrente teve origem. À época da independência do Brasil (1822), a maioria dos habitantes do país não tinha conhecimento nem interesse no movimento de independência, haviam simplesmente grupos isolados em luta por seus próprios interesses.

Com o governo Vargas começou-se, de fato, essa unificação nacional, portanto, pode-se dizer que a partir daí, em grande medida, o nacionalismo passou a vigorar. E ligado ao desenvolvimento econômico, o nacionalismo aparece muito associado ao fenômeno da industrialização.

O nacionalismo, muitas vezes associado às questões de identidades culturais, históricas, etc., foi utilizado por grupos pró-racismo, que buscavam a sustentação da ideologia das diferenças étnicas, e também para dar respaldo aos movimentos fascistas e grupos nacionalistas conservadores que defendiam o radicalismo racial.

No Brasil o nacionalismo pode ser destacado como tardio e somente durante o período republicano que surgiram as bases para a identidade nacional e a consolidação dos ideais nacionalistas. Pelo fato de ter sido muito mais tardio, a falta de uma identidade nacional provocava uma convivência problemática entre diferentes “nacionalidades” na mesma unidade política, provocando diversas revoltas.

O governo *nacionalista*, proposto com base nos autores Caio Prado e Guerreiro Ramos, seria aquele que acredita mais na soberania da própria nação do que nas ameaças estrangeiras, que não se volta aos interesses particulares dos governantes quando volta o olhar para sua lógica interna, pois esse tipo de comportamento já teria sido extinto através de uma ideologia de esquerda, que privilegia a igualdade como horizonte, e para tal, o único interesse permitido seria o coletivo.

Democracia como forma de superação do atraso

No período democrático, que teve início em 1946 e durou até o Golpe Militar em 1964, de forma semelhante ao que ocorreu nos anos 1930 com a ascensão de Vargas ao poder, uma das principais finalidades das medidas políticas e econômicas adotadas pelos governos se dava em função

da necessidade de se superar o atraso brasileiro, um atraso econômico e social, que se estendeu e permitiu que com o processo de democratização o tema voltasse a ser pauta de medidas governamentais, porém associado a elementos democráticos.

Durante os anos de governo autoritário, que também visava uma superação do atraso, o processo de industrialização foi sendo adotado através da intervenção do Estado na economia. No período pós Segunda Guerra Mundial, parte da ideologia industrializante permaneceu na América Latina e também no Brasil, mas por aqui prevaleceu junto ao desenvolvimento e industrialização, a incorporação de elementos democráticos na estrutura política do país, além de uma maior abertura da economia.

Nesse período da Democratização as políticas de desenvolvimento eram o eixo central, não somente as de desenvolvimento econômico, mas entendia-se que para alcançar a superação do atraso era necessário um complexo corpo de medidas de desenvolvimento em geral.

Mas vale lembrar que para o campo teórico e intelectual do nacional-desenvolvimentismo, não foram todos os governos desse período que alcançaram com eficácia a superação do atraso, uma vez que não foi alcançado concomitantemente o desenvolvimento social igualitário nas diversas regiões do país, nem para os habitantes do território nacional.

A experiência democrática desta fase de 1946-1964 teve seus percalços do ponto de vista socioeconômico, uma vez que para promover o desenvolvimento econômico do país, que estava enquadrado nos parâmetros do desenvolvimento capitalista, era necessária a associação com o capital estrangeiro e o aumento da taxa de exploração da força de trabalho. Mas em contrapartida, a partir de 1946 se iniciou no Brasil o período caracterizado como a primeira tentativa brasileira de desenvolver o processo político de acordo com um modelo democrático, de atribuições como: o estado de direito, com estatutos legais aplicados com razoável regularidade; organização político-partidária dinâmica permitindo a livre manifestação das diversas tendências políticas, com exceção do PCB, que após um curto período de legalidade foi cassado, voltando à clandestinidade; liberdade de expressão, de crítica, de debate, de contestação e de reivindicação, através dos meios de comunicação e das manifestações e concentrações populares.

Pelo voto secreto o eleitorado do Brasil foi às urnas, fiscalizado pelo Judiciário, elegendo Eurico Gaspar Dutra como presidente, e também, deputados federais e senadores, a partir daí formou-se a Assembleia Nacional Constituinte, representada por diversos setores da sociedade, sob a representação desses parlamentares eleitos. Alguns elementos que foram inaugurados nos anos 1930 foram mantidos pelos constituintes, como por exemplo, evitar o retorno à descentralização política que era encontrada na Primeira República, permitindo as prerrogativas do Executivo e a conservação da legislação corporativista. Sindicatos e partidos coexistiam e a Constituição de 1946 permitia o acesso aos direitos políticos aos brasileiros

Mas é importante apontar que as eleições nacionais de 1945 revelaram que a estrutura *Estado-novista* não havia sido rompida de forma completa, uma vez que foi o PSD (Partido Social Democrático, getulista e conservador) que elegeu Eurico Gaspar Dutra com 55% dos votos, tal partido provinha dos quadros políticos do regime derrubado. A verdade é que os principais partidos que atuaram na vida política brasileira após 1946 vinham se organizando desde o final do Estado Novo.

Diferentemente da política nacionalista econômica exercida durante a Terceira fase do governo Vargas (que pregava o nacionalismo econômico – concepção do Estado como agente ativo nas relações econômicas do país), Dutra promoveu um recuo, que significava a diminuição da participação direta do Estado nas atividades econômicas e ausência de medidas protecionistas aos setores econômicos

nacionais em face da forte concorrência estrangeira. Portanto, a economia, durante o governo Dutra, se organizava segundo o modelo liberal ortodoxo, em que o Estado se restringia somente à fiscalização de dispositivos gerais, deixando livre a iniciativa privada e a concorrência, uma concorrência injusta, pois os grupos estrangeiros tinham maior poder de competição nessas condições de mercado, e dessa forma o Brasil gerou grande acúmulo de dívidas.

No segundo governo Vargas, já no período democrático, o presidente fortaleceu a política econômica nacionalista, e esse caráter nacional-desenvolvimentista de seu governo que apelava ao capital estrangeiro, não deixava de manter a economia sob o comando do Estado, seguindo as indicações delimitadas pela CEPAL.

Mas a crise instaurada entre os partidos contrários ao governo desembocou no suicídio de Vargas em 24 de agosto de 1954. Nas eleições seguintes foi eleito Juscelino Kubitschek, que teve seu mandato de 1956 a 1960, e com o lema de “50 anos em 5” consolidou políticas adotadas em anos anteriores, intensificando a entrada de multinacionais no país.

O próximo governo, de Jânio Quadros, se iniciou em 1961 e no mesmo ano terminou, o presidente renunciou ao governo alegando pressão de “forças ocultas”, desencadeando uma crise que desembocaria no Golpe Político Militar de 1964, uma vez que seu vice-presidente, João Goulart, estava em visita à China comunista durante o ocorrido, tornando pretexto para os golpistas alertarem para uma possível ameaça comunista no Brasil. A saída aceita para que o vice tomasse posse do governo, evitando uma guerra civil no país, foi a aprovação de uma Emenda Parlamentarista, que limitava o poder do Executivo. Vale lembrar ainda, que Carlos Lacerda, líder da União Democrática Nacional (UDN) – partido de centro-direita formado de anticomunistas, antinacionalistas, composto pela classe média, profissionais liberais e empresários – tentou inúmeras vezes efetivar um Golpe político na tentativa de derrubar a presidência.

João Goulart, que foi Ministro do Trabalho no governo Vargas (pode ser considerado o principal herdeiro do trabalhismo getulista) assumiu com poderes limitados pelo parlamentarismo até plebiscito que foi realizado em 1963 promovendo a volta do presidencialismo. Em seu governo havia uma polarização ideológica de esquerdistas (“janguistas”) de um lado e direitistas (setores tradicionais e golpistas, UDN e Carlos Lacerda) de outro lado e foi marcado por uma crise permanente que já vinha anunciando o Golpe. A política nacionalista econômica de João Goulart, expressa, por exemplo, na criação da Eletrobrás, foi um dos motivos da crise político-militar instaurada no país, que no dia 1º de abril de 1964 instituiu-se com o Golpe das elites políticas, econômicas e militares, com o apoio das classes médias urbanas e, financiado pelos Estados Unidos, interrompendo o período de consolidação democrática no país.

O que se pode perceber também é que apesar das práticas democráticas no plano político vigorarem a partir de 1946 e a nova Constituição, o processo de modernização se dava um tanto quanto baseado nas bases fundadas no período anterior, ou seja, no autoritarismo. Apesar de caracterizado como democrático, não se pode perder de vista o caráter incipiente de tal democracia, uma vez que esse período foi marcado por muitas particularidades e eventos que por si, contribuíram para culminar em um retorno ao autoritarismo, com o Golpe Civil-Militar.

É importante ressaltar também que a UDN, contrária às práticas autoritárias de Vargas e favorável aos ideais políticos liberais, durante o período democrático (1946-1964) tentou negar a legitimidade das eleições, uma vez que nas urnas o partido não conseguia garantir o poder, principalmente o da Presidência da República, de forma que de suas influências negativas ao processo democrático, a principal foi a o apoio ao Golpe Militar.

Desenvolvimento econômico e social

O cenário político brasileiro teve em seu processo de desenvolvimento econômico alguns fatores determinantes como: a crise da superprodução do café e a perda de sua importância do mercado cambial; o consequente desenvolvimento industrial; o protecionismo tarifário; e a maior participação do povo, pelo menos no que se refere ao processo de eleições, em que passou a ter direitos eleitorais com o processo de democratização.

Do ponto de vista do desenvolvimento social, a Revolução de 1930 garantiu mudanças profundas quanto aos direitos dos habitantes da nação, uma vez que passaram de fato a serem tratados como cidadãos, já que somente a partir de 1930 direitos civis, políticos e sociais passaram a ser garantidos à população.

Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos no debate

É possível visualizar que os autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos possuem convergências teóricas em alguns temas referentes ao desenvolvimento da nação, um deles é o *nacionalismo*. Acerca desses dos temas convergentes entre eles é possível traduzir suas visões, seus posicionamentos, e ainda, eles podem ser referencial para discutir questões atuais na sociedade brasileira quanto ao seu sistema político, sua economia e sociedade.

A perspectiva desses autores quanto a um processo revolucionário no Brasil também converge, pois eles tratam da revolução como um processo que, como já foi abordado, eliminasse o que estava arraigado na estrutura desde os tempos coloniais, ou seja, permitisse que a história do país se iniciasse sem estar vinculada ao Estado português como nos tempos antigos, e permitisse desenvolvimento, além de sentimento e ação nacionalista, a ainda, tal revolução não constituía ruptura abrupta.

O posicionamento de ambos quanto ao *nacionalismo* se refere a uma forma de enxergar um desenvolvimento da nação, que colocasse o povo como ator efetivo e que eliminasse os resquícios oriundos do passado colonial do país, posicionamento tal que se diferenciava do que se conhecia de perspectiva nacionalista dos conservadores do início do século XX.

Como analisou José Saraiva Cruz a respeito da visão de Guerreiro Ramos:

A formulação do ideário do Nacionalismo-Desenvolvimentista surge da importância da chamada das massas à participação política e da necessidade de sua conscientização, considerada por alguns, como Guerreiro Ramos, imprescindível para a condução do processo que chamava de *Revolução Nacional*. (SENTO-SÉ e PAIVA, 2005, p.131)

Para ambos o capitalismo já estava instaurado, mas as estruturas dominantes eram dos tempos coloniais, por isso era necessário uma ideologia, uma ação *nacionalista* que trouxesse a efetiva modernização para o país, inclusive modernizando suas estruturas, tornando-as compatíveis com a história e com os anseios da população, e enfim, trazendo o desenvolvimento, que seria acarretado por essa nova forma de conceber os atores políticos, colocando em cena a massa, que levaria todo esse processo a culminar em uma efetiva *revolução brasileira*.

Quando os autores esboçam interpretações e análises acerca do Governo de Juscelino Kubitschek apontam de forma convergente que a situação imperialista à qual o país foi submetido, ocorreu, pois

não se lutou contra as estruturas internas, a industrialização foi promovida, mas sem atentar-se para as modificações que deveriam ser feitas internamente. Com um país de estruturas internas tão ultrapassadas e marcadas pelo domínio de poucos, certamente estaria mais suscetível ao domínio imperialista dos Estados Unidos da América.

Os dois autores supracitados ainda que pertencessem a núcleos diferentes do intelectualismo brasileiro, PCB e ISEB (correntes que ao menos convergiram na interpretação do *nacionalismo de esquerda* da década de 1950), se aproximavam ao se oporem às correntes que simplesmente transplantavam teorias para a realidade brasileira. É possível observar a semelhança entre eles quanto às suas histórias de rivalidades políticas e intelectuais. A luta principal que se destaca desses autores é a necessidade de se atentar verdadeiramente para a história e a realidade do Brasil. Caio Prado reforça essa noção:

É de esperar que desta vez, e advertidos pela experiência que hoje, mais do nunca, põe bem a vivo o erro cometido, que consiste em teorizar no abstrato e na base de modelos que não se enquadram na nossa realidade, é de se esperar que se proceda, de uma vez por todas, a uma rigorosa e honesta revisão da análise e interpretação dos fatos brasileiros, e à elaboração de uma teoria revolucionária que efetivamente se ajuste a esses fatos. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.31)

Caio Prado Júnior, autor que introduziu a leitura de Karl Marx no Brasil e se utilizava de suas teorias, e também do método do materialismo histórico, mas levando em conta sempre a situação histórica real, e a dialética, atentando para o movimento e a relação das estruturas do país.

Essa maneira, dialética em essência, de ver as coisas, não exclui a previsão histórica – e o marxismo é essencialmente uma previsão: a do socialismo. E sim funda-a no presente resultante do passado, ou antes, na dialética do presente como projeção do passado e onde o futuro previsível já se encontra incluído e implícito nas contradições ocorrentes. (PRADO JÚNIOR, 1987, p.34)

Apesar de não ser associado a Karl Marx, Guerreiro Ramos apresentou traços em algum momento, de uma esquerda, no sentido de buscar a igualdade entre os indivíduos, através do desenvolvimento.

Ambos atentaram também para a necessidade de não se confundir *nacionalismo* com posturas xenófobas. Os autores propunham combater o sistema interno, que possuía estruturas do período colonial, inserir no contexto político um sentimento nacionalista, para efetivar a modernização, a industrialização, colocar o povo no cenário de atuação, e por fim, ter as ferramentas mais adequadas na luta contra o domínio imperialista e ao sistema capitalista.

Conclusão

Neste artigo pretendeu-se apresentar, ainda que de um panorama geral, duas formas distintas de superação do atraso aplicadas no Brasil, ou seja, duas tentativas de modernização das estruturas políticas, econômicas e sociais do país, utilizadas em momentos diferentes da história brasileira, sendo que a primeira possuía um teor fortemente autoritário e a segunda partindo de um viés mais democrático. As formas de governo em suas essências não tiveram destaque neste trabalho, pois a intenção foi discutir acerca de suas

medidas e efeitos, e não se orientar por uma discussão epistemológica dos termos autoritarismo e democracia, que necessitaria de uma revisão bibliográfica mais específica.

O autoritarismo como forma de superação do atraso encontra-se demarcado, principalmente pelo período do primeiro governo de Getúlio Vargas, e tinha como característica a necessidade de industrialização do país, a superação do passado imperial e do início da República e uma organização maior das instituições. Tal processo de modernização, de acordo com a literatura, pode ser considerado um tanto quanto conservador, visto que o processo de mudança foi efetuado pelo *alto*, ou seja, pelo Estado, e também com a participação das classes mais altas, as sempre beneficiadas no processo de construção da nação brasileira.

Frente ao que foi exposto, apesar da via autoritária, não se pode negar que algumas conquistas da sociedade durante o governo Vargas foram importantes e impactantes positivamente. Vale lembrar que mesmo sem a participação efetiva das massas, essas adquiriram um novo destaque, ainda que não fosse o de ator principal do processo, alguns direitos essenciais lhes foram garantidos a partir desse momento.

Na via democrática de superação do atraso, que tem muito a ver com o processo “fracassado” do autoritarismo, surgiram forças importantes como, por exemplo, o nacionalismo, ou mais propriamente, o nacional-desenvolvimentismo. Tal ideologia foi chave para tal período que buscava no processo de industrialização voltado para o mercado interno uma forma de modernizar a sociedade e as estruturas políticas e econômicas.

Nesta segunda tentativa de superar o atraso arraigado na sociedade brasileira que se encontram mais fortemente os posicionamentos dos autores Caio Prado Júnior e Alberto Guerreiro Ramos, uma vez que esses, no referido período, apontavam para a necessidade de um desenvolvimento da nação que a tirasse da condição de subdesenvolvimento, atentasse para as suas singularidades e ainda trouxesse o poder de decisão para *dentro* do país.

Os mecanismos de patronagem que permaneceram na sociedade brasileira faziam com que formas de governo fossem utilizadas como “armas” para superar tais relações e todas as consequências de subordinação derivadas delas, e ainda, tais formas pretendiam, em alguma medida, atenuar a situação de coadjuvante do Brasil no cenário político e econômico mundial.

Os autores Caio Prado e Guerreiro Ramos, de maneira geral, apostavam em um desenvolvimentismo voltado para os interesses internos e a julgavam necessárias interpretações políticas, históricas econômicas e sociológicas singulares que fossem apropriadas com o contexto de formação e desenvolvimento da nação.

Os autores podem ser considerados convergentes em grande medida, e talvez, possam ser considerados teóricos e atuantes políticos reflexivos frente à realidade brasileira e que não adotavam a ideia de transplantar fórmulas prontas para serem aplicadas no Brasil. É possível compreender a partir desses autores que desenvolver economicamente uma nação é relativamente fácil e plausível, mas garantir o desenvolvimento igualitário, voltado para a própria nação, rompendo com as estruturas sociais e políticas é o que faz de uma estratégia sobre esse assunto eficaz ou não.

A análise do presente trabalho permite afirmar que as duas formas de superação do atraso não foram completas e não permitiram o desenvolvimento definitivo da nação no período em que foram aplicadas, mas apesar da interrupção da incipiente democracia por vinte anos, o retorno aos elementos democráticos tem sido satisfatório. E ainda, os erros cometidos serviram para direcionamento nas administrações atuais, tanto para o desenvolvimento econômico quanto social do país. Pode-se considerar como resultado desse trabalho uma proposta de agenda de pesquisa futura acerca de análises dos últimos governos brasileiros, em qual direção apontavam quanto o tema da superação do atraso (que ainda é pauta no país).

Referências Bibliográficas

COMBLIN, José. **Nação e Nacionalismo**. São Paulo: Duas Cidades, 1965.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930**. 13ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e Corporativismo no Brasil: o legado de Vargas**. REVISTA USP, São Paulo, n.65, p. 105-119, março/maio 2005.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. Tradução: Maria Celia Paoli e Ana Maria Quirino. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1990.

JAGUARIBE, Hélio. **Nação e Nacionalismo no Século XXI**. Estudos Avançados 22 (62), 2008.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LESSA, Carlos. **Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira**. Estudos Avançados, 22 (62), 2008, pp. 237-256.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã. Parte I**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____ **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____ **O Capital: Crítica da Economia Política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Os Economistas).

MOORE JUNIOR, B. **As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1975.

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____ **Evolução Política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1954.

_____ **Formação do Brasil Contemporâneo**. 23ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____ **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Crise do Poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

_____ **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda, 1957.

_____ **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1960.

SANTOS, Raimundo. **Caio Prado Júnior na Cultura Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

SENTO-SÉ, João Trajano. & PAIVA, Vanilda. (org.) **Pensamento Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez Editora, 2005. p.127-150.

SILVA, Ricardo. **Ideologia de Estado e Autoritarismo no Brasil**. Cadernos de Pesquisas, nº 26, Abril 2001.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2004.